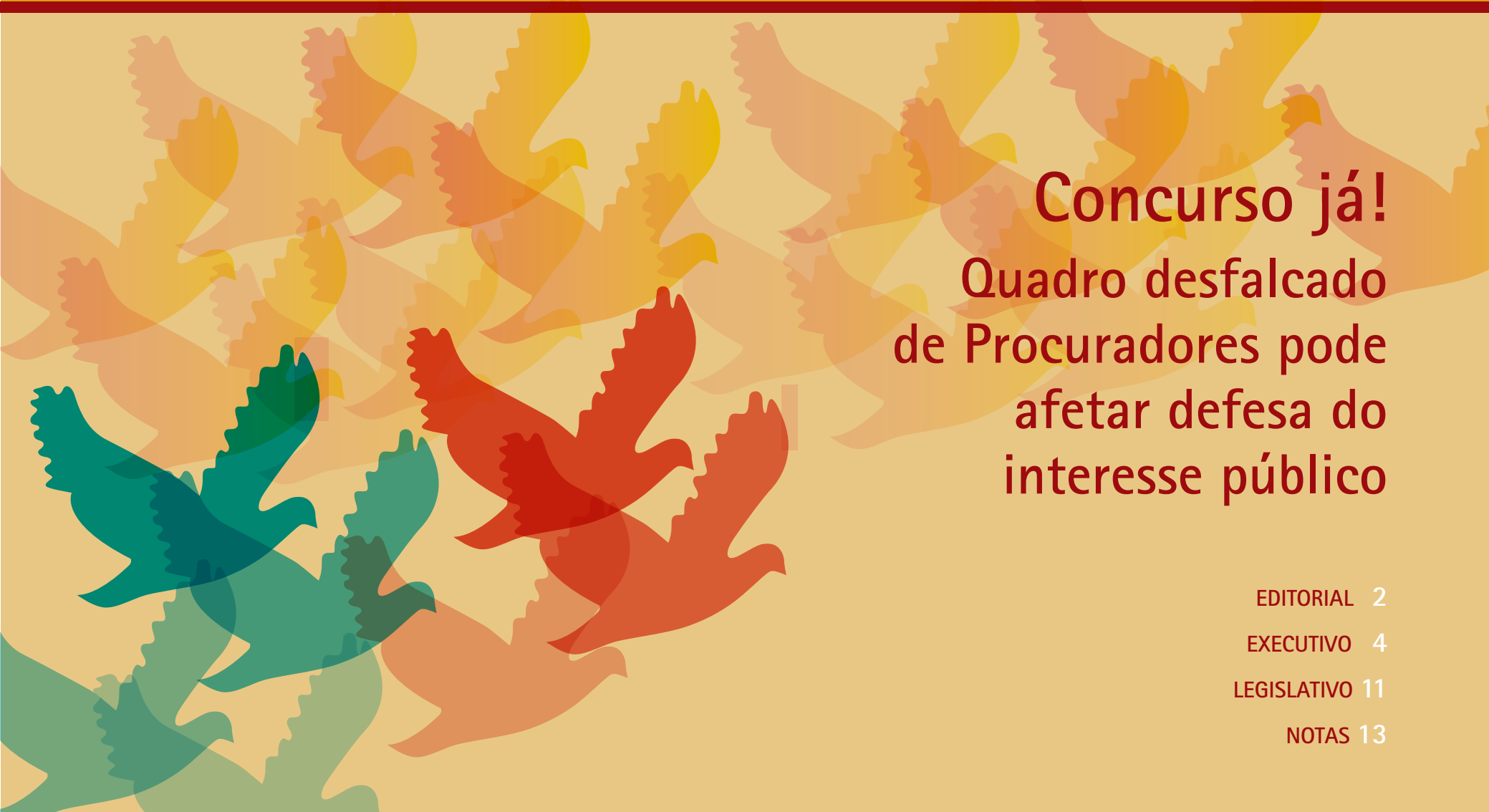




Jornal da Apesp

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | MAR/ABR 2016 | EDIÇÃO 77



Concurso já! Quadro desfalcado de Procuradores pode afetar defesa do interesse público

EDITORIAL 2

EXECUTIVO 4

LEGISLATIVO 11

NOTAS 13

Concurso de ingresso já!

Em 8 de março último, o Governador do Estado recebeu a Diretoria da APESP para tratar de diversos assuntos de interesse da Carreira. Foi um momento muito importante, pois, como se sabe, não é comum o Governador do Estado receber entidades de classe. Na ocasião, reivindicamos a adoção de três medidas imediatas: (i) a autorização para abertura de concurso de ingresso de Procuradores; (ii) o envio de projeto de lei criando carreiras de apoio no âmbito da PGE; e (iii) a regularização do pagamento de contadores, oficiais de justiça e assistentes técnicos. Com relação à autorização do concurso de ingresso, deixamos claro – e o Governador entendeu perfeitamente – a total ausência de qualquer custo neste ano.

Passados quase quatro meses dessa reunião, infelizmente o indispensável concurso de ingresso de novos Procuradores ainda não foi autorizado. Cabe, pois, neste espaço, analisar o que essa demora está causando não só na carreira, mas ao interesse público.

Como se sabe, é de competência exclusiva dos Procuradores do Estado a representação judicial do Estado e de suas Autarquias, assim como as atividades de assessoria e consultoria jurídica aos órgãos do Poder Executivo, inclusive das autarquias estaduais. Para cumprir todas essas atribuições, a PGE conta com 1.203

cargos, dos quais 1.033 cargos já existiam antes da promulgação da atual Lei Orgânica e 170 criados pela nova Lei Orgânica da PGE/SP.

Até a presente data, dos 1.033 cargos “antigos”, encontram-se vagos 125 deles, em razão de aposentadorias e de exonerações ocorridas desde o final de 2013. Incluídos os 170 “novos” cargos, nunca antes providos, chega-se a 295 cargos vagos, de um total de 1.203 cargos. Portanto, cerca de um quarto dos cargos está vago.

Em consequência do reduzido número, os Procuradores em atividade encontram-se na iminência do esgotamento, a ponto de muitos já estarem sofrendo problemas de saúde causados pelo estresse e pelo cansaço decorrentes da dedicação ao trabalho que, a cada dia, mais se avoluma. De se considerar que, com o sistema eletrônico, o andamento dos processos é cada vez mais célere, o que implica um número muito maior de providências a cargo de cada Procurador.

Uma situação desesperadora para o ser humano que abraça sua função com profissionalismo e dignidade.

Para se ter uma ideia, o contencioso da PGE, excluídas as execuções fiscais, conduz atualmente cerca de 700 mil processos judiciais. Um maior número de Procuradores nessa área permitiria aprimorar a defesa do Estado e certamente poderia trazer resultados ainda mais satisfatórios. Na área de arrecadação, há enorme potencial de recuperação de valores inscritos em Dívida Ativa e, seguramente, o número adequado de Procuradores nessa área permitiria à PGE carrear aos cofres públicos dezenas – talvez centenas – de milhões de reais, incrementando o ingresso

de recursos, o que é fundamental nesse momento de crise pelo qual passa o Estado.

A área da Consultoria Geral vem se aprimorando para dar segurança aos gestores na implementação de políticas públicas em prol da população paulista. Só esse trabalho já é imensamente complexo e extenuante, por implicar a participação em reuniões e a análise de diversos documentos. Além dessa função, nessa área, são proferidos anualmente milhares de pareceres e manifestações, sem contar o elevado número de consultas verbais da Administração. Na área dos Procedimentos Disciplinares, doze Procuradores se esmeram em realizar milhares de sindicâncias e processos, que possuem prazos prescricionais rígidos. Todo esse trabalho é realizado com imensa dedicação e zelo pelos Procuradores classificados na área da Consultoria. Ainda assim, o volume é invencível e, frequentemente, se noticia haver imensos saldos de processos para análise. Em consequência, o número adequado de Procuradores nessa área possibilitaria muito mais celeridade na análise desses processos, o que implicaria, também, maximizar as ações políticas em prol da população paulista. Considerando as imensas necessidades da maioria da população, isso não é de se desprezar.

Assim, para que a PGE possa cumprir com total efetividade sua missão constitucional, é essencial manter o quadro completo. Para que isso seja possível, só há uma medida: **CONCURSO JÁ!**

É o que se espera de um Governo comprometido com o interesse público.

Marcos Nusdeo, Presidente da APESP.



DIRETORIA GESTÃO 2016/2017

PRESIDENTE

Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo

VICE-PRESIDENTE

Mara Christina Faiwichow Estefam

SECRETÁRIA-GERAL

Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

DIRETOR FINANCEIRO

Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Cintia Oréfice

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

José Luiz Souza de Moraes

DIRETOR DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Silvio Romero Pinto Rodrigues Júnior

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Marcelo de Aquino

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Diego Brito Cardoso

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Felipe Gonçalves Fernandes

DIRETOR DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL
Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

CONSELHO ASSESSOR

Carlos José Teixeira de Toledo
Márcia Maria Barreta Fernandes Semer
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Patricia Ulson Pizarro
Shirley Sanchez Tomé
Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Cristiane Vieira Batista de Nazaré
Olga Luzia Codorniz de Azeredo
Paulo David Cordioli

PRODUÇÃO

Diretoria de Comunicação – Marcelo de Aquino e José Carlos Novais Junior

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável – MTB 30.748) C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp, Agência Senado e Pixabay.com

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

Publicação periódica distribuída gratuitamente pela APESP.



FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM
30 de junho de 2016

Michel Temer, uma história de compromissos com a Advocacia Pública

Assim que o Procurador do Estado e associado da APESP, Michel Temer, assumiu interinamente a Presidência da República, no último dia 12/5, a Diretoria da Associação emitiu uma nota, desejando que seu ilustre associado, “cuja atuação política sempre honrou a Procuradoria Geral do Estado por sua competência, lealdade e destacado espírito público, trace a nova trajetória firmado nesses mesmos valores e na perspectiva de alcançar a paz, a harmonia e a justiça social no Brasil” (a íntegra pode ser acessada no site www.apesp.org.br). A seguir, o Jornal da APESP, publica três importantes declarações do Presidente interino, que traduzem o seu histórico de compromissos com a Advocacia Pública.

“(...) Eu me recordo que, em outra oportunidade, quando fui Procurador Geral pela segunda vez, também por um breve período, ganhávamos muito mal. A solução que levei ao Governador foi a de triplicar a verba honorária. Até hoje é a triplicação que garante os vencimentos dos Procuradores (...)” – **Declaração sobre a criação do triplique da verba honorária na PGE-SP ao Jornal do Procurador – Edição 43 (Ago/Set 2009).**



“(…) Até por ter sido Procurador Geral por duas vezes e por ter construído toda a minha carreira profissional dentro da Procuradoria, eu tenho absoluta convicção da responsabilidade dos que integram a Carreira. Um Procurador que atua na Consultoria, por exemplo, não emite um parecer em função do fato de ser advogado do Estado, mas pelo princípio da legalidade. Quando se trata da defesa do Estado ou de uma propositura de ação em seu favor, ele tem que exercitar a outra face do advogado, que é a defesa intransigente do seu cliente. Então, eu não teria problemas com relação à autonomia. Agora, eu coloco as dificuldades, pois sempre que se fala disso existe grande resistência dos setores governamentais estaduais (...)” – **Declaração sobre a PEC 82/2007 ao Jornal do Procurador – Edição 43 (Ago/Set 2009).**

“(…) Como constituinte de 1987/1988 levei ao Congresso Nacional a ideia de inserir no texto da Constituição o advogado e também o procurador do Estado. Não se tratava de uma questão corporativa. O advogado é o responsável pelo direito de defesa – um dos alicerces da democracia do país. O procurador não defende apenas o Estado, mas sim fundamentos do Estado que sustentam a administração democrática de um país. Na verdade, fui apenas o veículo das ideias centrais que os procuradores, especialmente de São Paulo, levavam ao meu gabinete durante o processo constituinte. Disso resultou a inclusão na Carta Política do artigo 133, que proclama ser ‘o advogado indispensável

à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei’, e do artigo 132, que propaga caber aos procuradores dos Estados e do DF o exercício da ‘representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas», deixando ao artigo 69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias anunciar ser «permitido aos Estados manter consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções’» – **Excerto do texto de apresentação do Anuário da Advocacia Pública de 2014 “Advocacia Pública, Pilar da Democracia”, de autoria do então Vice-Presidente da República.**

PERFIL

O Presidente da República em exercício, Michel Temer, ingressou por concurso público nos quadros da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo em 1970, quando foi designado para atuar no setor de mandado de segurança da Procuradoria Administrativa. Exerceu o cargo de Procurador Geral do Estado em dois períodos: de 16 de março de 1983 a 31 de janeiro de 1984 e de 6 de abril de 1991 a 8 de outubro de 1992. Foi eleito para o Congresso Constituinte e exerceu o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados em três biênios: 1997/1999, 1999/2001 e 2009/2011.

Quadro desfalcado de Procuradores pode afetar defesa do interesse público

O aumento da litigiosidade no Brasil é um desafio para a Advocacia Pública em todas as instâncias – federal, estadual e municipal. Na PGE-SP, que defende o Estado mais populoso do País, com mais de 41 milhões de habitantes, tal realidade é recrudescida. Além do crescimento natural, a Procuradoria paulista tem agregado, nos últimos anos, muitas atribuições novas (assunção das Autarquias e do controle e inscrição da Dívida Ativa, atuação nos Juizados Especiais etc), mas em contrapartida o seu quadro de Procuradores tem sido solapado por aposentadorias e exonerações. Com o último concurso de ingresso realizado há quase quatro anos, em 2012, a carência atualmente é de 125 Procuradores. Considerando-se os 170 cargos criados na nova LOPGE, a defasagem é de 295 colegas, ou seja, quase 1/4 dos 1.203 cargos existentes na carreira.

UNIDADES ESPECIALIZADAS

Nas duas maiores Unidades da Capital, o panorama é desalentador. A Procuradoria Fiscal possui 130 vagas de provimento, tendo em efetivo exercício apenas 86 Procuradores. Para agravar o quadro, há previsão de 6 novas aposentadorias até o final do

ano. “A situação da Fiscal na Capital é muito complicada. Tornase imprescindível a abertura imediata de concurso de ingresso. Desde o último concurso em 2012, o setor perdeu 24 Procuradores, dos quais 18 se aposentaram e seis (6) se exoneraram. Além disso, 25 Procuradores lotados na Unidade encontram-se exercendo funções em outros locais da PGE-SP. Aliado a isto, a digitalização dos processos ocasionou um crescimento exponencial de serviço e petições. Trabalhando na Fiscal/Autora da Capital, considerando apenas bancas eletrônicas de execução fiscal, foram protocoladas 158.146 mil petições (Fonte PGE-NET) entre janeiro e maio de 2016, por apenas 14 Procuradores – uma média de 2.259 mil petições mensais por colega. Os números não param de crescer e com as novas aposentadorias, posso afirmar a situação será insustentável. Em dois anos, a Fiscal/Autora perdeu 11 Procuradores sem qualquer reposição e os colegas da Fiscal/Ré e Recursos também reclamam diariamente do acréscimo do serviço e a perda de Procuradores. A entrada de novos processos na Fazenda Ré/Capital vem crescendo sucessivamente e, atualmente, encontra-se em patamar seis vezes maior do que há apenas três anos, devido principalmente aos protestos de

débitos, que provocaram um grande aumento de arrecadação a baixo custo para o Estado que, em contrapartida, deve nos aparelhar para lidar com esse subproduto da opção pelo protesto”, afirma Paulo David Cordioli, Procurador classificado na Unidade e Conselheiro Fiscal da APESP.

Na Procuradoria Judicial, são 203 cargos, com 187 colegas classificados na Unidade (166 colegas em efetivo exercício e 21 afastados para atuar em outros setores da PGE-SP). Classificado na Judicial, o Procurador Rodrigo Curado registra: “A falta de Procuradores é alarmante. É fato notório tanto pelas inúmeras exonerações e aposentadorias, quanto pela criação de novos cargos pela nova Lei Orgânica. Há um fato objetivo, portanto, nume-

ral. Mas não é só! Ao menos no Contencioso, o que se percebe é que as intimações diárias dos processos judiciais aumentaram bastante. Os processos digitais andam mais rapidamente e a tecnologia permitiu deslocar mais servidores para as atividades-fim. Se antes um servidor era destinado para autuar e numerar páginas, hoje, ele dá andamento e auxilia nos despachos. Além disso, há notícia de preenchimentos e criação de cargos no Judiciário. A



Paulo David Cordioli, Procurador classificado na Fiscal.

situação se agrava com esses dois fatores, e é cada vez mais recorrente ver colegas usarem suas férias para limpar a banca, bem como trabalhar aos finais de semana”.

CONSULTORIA

A Consultoria Geral, além do atual quadro desfalcado de Procuradores, é a Área mais suscetível à aposentadoria de colegas. O Procurador do Estado Chefe da CJ da Secretaria do Desenvolvimento Social, Rogerio Augusto da Silva, destaca: “A forma como está organizada a Advocacia Pública Consultiva no Brasil demonstra seu papel essencial no controle da regularidade jurídico-formal dos processos internos da Administração Pública. Modelo que vem sendo, inclusive, adotado na iniciativa privada, visando a obter um maior grau de eficácia na gestão de riscos no ambiente empresarial. Diante disso, a redução acelerada do número de Procuradores do Estado de São Paulo com que nos deparamos nos últimos meses, muitos deles atuantes na área de Consultoria, implicará a elevação do nível de exposição do Estado a riscos jurídico-administrativos, impactando diretamente a qualidade dos processos internos da



Rodrigo Curado, Procurador classificado na Judicial.

Administração. Em que pese o excelente trabalho dos gestores da PGE-SP na incessante busca pela racionalização de procedimentos, fato é que a ausência de perspectiva de médio prazo na reposição desses quadros trará, sem sombra de dúvidas, impacto negativo ao desempenho dessa relevante função”.

PROCURADORIAS REGIONAIS

Nas Unidades do interior, além do excesso de demanda nas bancas, os Procuradores precisam se deslocar por grandes extensões territoriais. Ademais, as Regionais sofreram um grande impacto com a assunção das Autarquias, criação dos Juizados Especiais e novas atribuições (como, por exemplo, o acompanhamento de recursos especiais). “A necessidade de novos Procuradores é urgente e inadiável. Nas Unidades do Interior, os Procuradores estão cada dia mais sacrificados e desmotivados diante da ausência de perspectiva de incremento nos quadros. Ocorre, também, que as medidas para redução de litigiosidade são tímidas e demoradas, o Estado tem atuado na contramão das decisões do Poder Judiciário, na defesa de teses superadas pelos Tribunais e que podiam ser adminis-



Procurador Chefe da CJ da Secretaria de Desenvolvimento Social, Rogério Augusto da Silva.

trativamente implementadas, o que torna o trabalho ainda mais desgastante. É preciso que a PGE-SP adote uma postura ágil e efetiva no intento de reduzir o número de demandas judiciais, para que com o ingresso de novos Procuradores possa ser desenvolvido um trabalho especializado e de qualidade”, entende Clara Angelica do Carmo Lima, Procuradora classificada na Regional de Taubaté (Seccional de São José dos Campos).

Segundo Thiago Pucci Bego, Procurador classificado na Regional de Ribeirão Preto (Seccional de Franca), “no tocante às Unidades Regionais, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo não se preparou para o descomunal aumento do volume de processos, bem como para a exuberante agilidade de seu trâmite, provocados por dois fenômenos relevantíssimos: (1) criação dos Juizados Especiais das Fazendas Públicas (Lei Federal nº 12.153/2009); e (2) implantação do processo eletrônico. Paralelamente também se deu a quase que completa assunção da advocacia contenciosa das autarquias pela PGE-SP. O quadro vigente nas Procuradorias Regionais é de uma gravidade impressionante. As aposentadorias se sucedem sem cessar, verificando-se uma extraordinária pressa – em face desse deletério panorama – dos Procu-



Procuradora Clara Angélica do Carmo Lima, Procuradora classificada na PR de Taubaté (Seccional de São José dos Campos).

radores em obter o ato de formalização da aposentadoria, assim que cumpridos os requisitos temporais exigíveis. Consta-se que muitos colegas, ainda relativamente novos – na faixa dos 55 anos de idade – e em pleno gozo de boas condições de saúde, até gostariam de continuar a exercer a advocacia pública, porém são praticamente jogados para a inatividade por conta do desespero que a desumana sobrecarga de trabalho acarreta. Encontramos nesse terrível círculo vicioso, que somente faz a situação piorar a cada mês que se passa. O concurso de ingresso para a admissão de novos Procuradores visando à mínima reposição de quadros é o primeiro e fundamental passo que a Instituição precisa dar para começar a estancar esse processo de esfacelamento das Procuradores Regionais”.

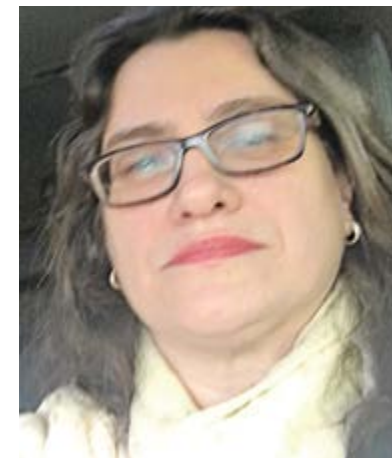


Tiago Pucci Bego, Procurador classificado da Regional de Ribeirão Preto (Seccional de Franca).

A Procuradora Elisabete Nunes Guardado, classificada na Regional da Grande São Paulo (Seccional de Osasco), frisa que “desde 2010, as Procuradorias Regionais tiveram suas atribuições ampliadas. Assumimos as autarquias e passamos a acompanhar os recursos. Na mesma toada, as Defensorias Públicas incrementaram suas atuações nas comarcas do interior. Na parte tributária, em vista da guerra fiscal municipal, centenas de empresas se instalaram fora da Capital, gerando o aumento de ajuizamentos. Isso sem contar

as milhares de execuções fiscais ajuizadas para cobrança de IPVA. Por outro lado, a atratividade salarial de outras carreiras jurídicas e as inevitáveis aposentadorias levam os quadros de Procuradores e Servidores a diminuir. Na PR-1, há muito tempo, por conta dessas dificuldades, temos feito o possível para atender ao interesse público. Em verdade, estamos fazendo isso com prejuízo de nossas vidas pessoais e com uma qualidade que não nos orgulha. Assim, não há quem não concorde com a necessidade da realização de novo concurso para reposição e ampliação dos quadros. No entanto, penso que, antes da distribuição dessas vagas, se deve implantar em relação aos processos eletrônicos a especialização e desterritorialização. Isto porque, nesses processos, não há mais necessidade de vinculação com a Unidade Regional ou especializada da Capital. Acrescento que uma pequena experiência foi implementada no mês de junho na PR-1 e já se mostra muito eficiente na distribuição das atribuições”.

O Procurador Henrique Martini Monteiro, classificado na Regional de Campinas (Seccional de Bragança Paulista), com atuação no Contencioso Geral, assevera “com apreensão, que a necessidade de realização de concurso de ingresso de Procu-



Elisabete Nunes Guardado, Procuradora classificada na Regional da Grande São Paulo (Seccional de Osasco).



Henrique Martini Monteiro, classificado na Regional de Campinas (Seccional de Bragança Paulista).

radores é urgente. Atualmente, todas as Procuradorias Regionais, inclusive Campinas, estão sofrendo com o reduzido quadro de Procuradores num momento em que o serviço aumenta de forma exponencial. E, mesmo diante desse caos, persiste a insensibilidade do Gabinete da PGE-SP com a situação dessas Unidades e com as condições sufocantes de trabalho impostas aos Procuradores, que vivenciam a tragédia de assistir a queda de qualidade do trabalho por falta de condições mínimas. O quadro fica ainda mais dramático em razão da falta de um planeja-

mento adequado, que levasse em conta as peculiaridades das Procuradorias Regionais. Ao invés disso, são utilizadas medidas improvisadas, tais como o acompanhamento de recursos, que outrora era feito pelas Procuradorias Especializadas da Capital mas acabou imposto às Regionais, sem contrapartidas ou aumento de estrutura, onerando Unidades já exauridas, ou, ainda, a adoção de novos conceitos como ‘desterritorialização’ e ‘especialização total’ que, implantados de forma açodada e com único objetivo de apagar incêndios, transformam os Procuradores que atuam fora da capital em Procuradores de segunda categoria.

Em suma, a direção da PGE-SP pretende que se faça ‘mais com menos’ mas, sem planejamento, só conseguirá que se faça tudo ‘mais ou menos’. Dessa forma é urgente a abertura de concurso de ingresso para novos Procuradores, e também é vital que, na destinação de vagas, se leve em consideração a situação das Procuradorias Regionais, atualmente sufocadas pelo excesso de trabalho e falta de atenção por parte do comando da carreira”.

ATUAÇÃO DO GPGE

Procurado pela reportagem, o Gabinete da PGE-SP disse concordar com o fato de que o quadro de Procuradores está abaixo do ideal em todas as Unidades da Procuradoria, tendo manifestado tal posicionamento por diversas vezes, inclusive em sessões do Conselho. Por essa razão, trabalhou para que o processo referente ao concurso de ingresso para 150 cargos fosse aprovado nas Secretárias do Planejamento e da Fazenda, obtendo êxito – desde que o ingresso de novos Procuradores só tenha impacto financeiro em 2017. O processo agora encontra-se com o Governador Geraldo Alckmin, aguardando o seu despacho de «autorização». O comando da Instituição advertiu também que o atraso na aprovação na nova LOPGE, e a conseqüente criação de 170 novos cargos, aliado ao agravamento da atual crise orçamentária do Estado, contribuiu decisivamente para a postergação do certame. No entanto, o Procurador Geral Elival da Silva Ramos salientou já ter pontuado ao Governador sobre a necessidade da realização do concurso para que a Procuradoria possa continuar realizando o seu relevante trabalho de excelência.

Procurador do Estado de São Paulo é líder do Governo no Senado Federal

Aloysio Nunes Ferreira Filho nasceu em São José do Rio Preto (SP), em 1945. Ingressou na PGE-SP em 1981, por meio de concurso público. Exerceu os cargos de deputado estadual em São Paulo e deputado federal. Foi vice-governador do Estado de São Paulo, secretário chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo e secretário estadual dos Transportes Metropolitanos. Foi ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e Ministro da Justiça, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi candidato à Vice-presidência na chapa de Aécio Neves (PSDB) nas eleições de 2014. Atualmente, é senador eleito por São Paulo e líder do Governo interino de Michel Temer. A seguir, o Jornal da APESP publica uma declaração do Senador Aloysio acerca da Advocacia Pública, concedida ao Jornal do Procurador (edição 68 – Jul/Ago 2014):

“Conheço o Movimento Nacional pela Advocacia Pública. Trata-se de movimento importante que, entre outros pleitos, tem por objetivo trazer ao debate a necessidade de conscientização da sociedade sobre a autonomia da Advocacia Pública Brasileira.



Uma mobilização, sobretudo, democrática. No entanto, por abordar proposição que está em tramitação na Câmara dos Deputados – aguarda votação em dois turnos no Plenário –, confesso que ainda não tive oportunidade para me debruçar sobre a matéria e chegar a alguma conclusão. Até porque a proposta ainda pode sofrer alterações tanto na Câmara dos Deputados quanto por ocasião de sua tramitação no Senado Federal, onde poderei me manifestar sobre a questão, em respeito, inclusive, ao sempre relevante trabalho desempenhado pelos colegas deputados federais. De qualquer forma, defendo a Advocacia Pública e reconheço sua importância – como função essencial da Justiça – para o bom funcionamento do Estado”. – **Declaração ao Jornal do Procurador – Edição 68 (Jul/Ago 2014).**

Procuradora Flávia Piovesan é nomeada Secretária Nacional de Direitos Humanos



No dia 10/6, foi publicada no Diário Oficial da União a nomeação da Procuradora do Estado de São Paulo e associada da APESP para o cargo de Secretária Nacional de Direitos Humanos, após convite do Presidente em Exercício, Michel Temer. Eis a íntegra da nota de congratulação emitida pela APESP: “A Procuradora do Estado de São Paulo e associada de nossa entidade Flávia Piovesan aceitou o convite do Presidente em Exercício, Michel Temer, e deverá em breve assumir a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Além de profissional exemplar que honra e dignifica a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Flavia Piovesan é uma das maiores autoridades na área de Direitos Humanos, reconhecida internacionalmente por sua capacidade intelectual e comprometimento. Cumprimos a ilustre colega por ter aceito esse desafio, desejando-lhe sucesso nessa nova empreitada”.

Sessões quinzenais do Conselho da PGE-SP

No último dia 3/6, foi aprovado por unanimidade o voto-vista que tornou as sessões ordinárias do Conselho da PGE-SP quinzenais, a partir de 1º de julho de 2016. A nova periodicidade será definida por meio do Regimento Interno do Conselho. A proposta original do GPGE previa sessões mensais do Colegiado, regulamentadas por meio de Decreto do Governador. A APESP parabeniza os Conselheiros natos e eleitos pela decisão de consenso.



PEC da DRU inclui Fundos das Procuradorias

No mês de junho, foi aprovada na Câmara dos Deputados, em dois turnos, a PEC 4/15, que prevê a desvinculação das Receitas da União até 2023, incluindo também Desvinculações de Receitas dos Estados e DF. O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, destaca que o texto original excetuava da desvinculação apenas os Fundos instituídos no MP, TJ, DP e TCE. Contudo, um trabalho realizado pela ANAPE e Associações de Procuradores dos Estados conseguiu aprovar uma emenda que inclui também os Fundos das Procuradorias. “Foi uma atuação silenciosa e exitosa da ANAPE e das entidades estaduais, que contribuiu para a preservação dos fundos das PGEs. No caso de São Paulo, o Fundo do Centro de Estudos e o FUNPROGESP”.

Notas

Seja solidário. Nesse inverno, doe seu agasalho!

Após celebrar uma parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), a APESP aderiu à campanha do Agasalho do Estado de São Paulo (2016) e está disponibilizando pontos de coleta de roupas, agasalhos e cobertores em sua sede administrativa (Rua Libero Badaró, nº 377, 9º andar, conjuntos 901/906) e no Espaço APESP (Rua Tuim, nº 932, Moema). Participe desta campanha e ajude milhares de pessoas a enfrentar o frio! As doações serão encaminhadas às entidades assistenciais, hospitais, albergues da Capital e de todos os Municípios do Estado de São Paulo. Para maiores informações sobre a campanha, acesse o site www.campanhadoagasalho.sp.gov.br

De forma inédita, passeio cultural foi realizado no sábado!

Com o objetivo de acolher os pleitos dos colegas associados da ativa, a APESP realizou um passeio cultural no sábado (18/6). Para estrear a novidade, a jornada foi dupla às exposições “Oswaldo Vigas Antológica 1943-2013” e “Visões da arte no acervo do MAC USP 1900-2000: Bastidores”, em cartaz no MAC-USP.



Procurador:
Este espaço é seu!



CASAMENTOS DEBUTANTES BODAS ANIVERSÁRIOS FORMATURAS EVENTOS EM GERAL

Celebre a vida em grande estilo

Locação Salão Nobre R\$ 17.000,00

Valor especial para Procurador

60%

de desconto para eventos realizados aos sábados

R\$ 6.800,00*

4 x R\$ 1.700,00

(R\$ 10.800,00 de desconto)

70%

De domingo a sexta-feira

R\$ 5.000,00*

4 x R\$ 1.250,00

(R\$ 12.000,00 de desconto)

E mais...

Descontos especiais para amigos de Procuradores

30%

Desconto para todas as pessoas indicadas por um Procurador do Estado de São Paulo

R\$ 12.000,00

4 x R\$ 3.000,00



<http://espacoapesp.org.br/>
facebook.com/EspacoApep
espacoapesp@espacoapesp.org.br

Reserve já!

Agenda aberta até 2018

(11) 5535.2157 / 3584/ 0986